



ANO 12 Nº 2  
Fevereiro de 2003

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## Emprego em alta na indústria calçadista gaúcha

O crescimento do emprego na indústria calçadista gaúcha nos últimos quatro anos deve ser percebido como parte de um amplo processo de reorganização dessa cadeia produtiva na década de 90. Essa atividade contém diversos elementos de um sistema local de produção (SLP). O Vale do Sinos e o seu entorno abrigam a cadeia produtiva completa (couro, calçados, componentes e equipamentos), sediando as principais representações setoriais e concentrando um grande número de instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento. Apesar disso, essa atividade ainda não adquiriu um formato mais acabado de SLP, caracterizando-se ainda como um arranjo produtivo local (APL).

Durante o período 1994-98, esse APL atravessou uma séria crise, que resultou no fechamento de mais de 200 empresas, consequência da reestruturação iniciada no começo dos anos 90 e agravada com a sobrevalorização do real. Nesse mesmo período, segundo informações da RAIS-MTE, o emprego formal nos segmentos produtores de couros, calçados e componentes para calçados passou de 154.322 em 1994 para 115.416 em 1998, ou seja, ocorreu uma demissão de 38.906 trabalhadores, sem se considerarem as perdas no segmento de máquinas e equipamentos.

Esse processo trouxe melhorias à competitividade de diversas empresas, e seus resultados sobre o trabalho manifestaram-se a partir de 1999. Conforme dados da RAIS-MTE, o emprego formal na produção de calçados, couros e componentes elevou-se para 128.946 em 1999, alcançando 149.608 em 2001. Em novembro de 2002, nos 11 principais municípios que agregam essa atividade, dados do Caged Geral de Emprego e Desemprego (Caged), do MTE, revelaram um saldo positivo entre admissões e desligamentos de 13.835 trabalhadores formais nos últimos quatro anos. É evidente que a recupera-

ção do emprego se baseia, em parte, nos efeitos da recente desvalorização cambial sobre as exportações. Ressalte-se, porém, que o saldo se manteve positivo mesmo nos anos 2001 e 2002, quando houve queda na produção de calçados.

O fato é que o APL calçadista, além de ter alcançado melhores condições de competitividade no mercado internacional, introduziu alguns fatores capazes de garantir maior sustentabilidade aos empregos gerados. Essa situação se fundamenta na política estadual de apoio aos SLPs gaúchos e em diversas iniciativas das representações empresariais e do Governo Federal. As ações implementadas visaram melhorar a sinergia do arranjo produtivo a partir do reforço das diversas formas de cooperação e da democratização das externalidades, tentando inserir competitivamente as empresas menores, reforçar o poder de negociação das cooperativas, diversificar a participação da indústria no mercado mundial e oferecer condições de crédito mais acessíveis à maioria das empresas.

Entretanto as diversas instituições não chegaram ao ponto de estabelecer um verdadeiro pacto regional, mantendo conflitos que limitam o acesso equilibrado às vantagens de aglomeração características de um SLP. A relação capital-trabalho fundamenta-se em parâmetros pouco avançados, sendo que os salários são mantidos em níveis relativamente baixos, combinados com alta rotatividade da mão-de-obra. As entidades empresariais são pouco representativas das pequenas empresas, havendo, ainda, a necessidade de aprofundamento e dinamização no processo de difusão de uma nova concepção de *design* e de inovação de uma forma geral. Somente a partir desse novo padrão será possível avançar na concorrência internacional e ampliar o emprego de forma sustentada.

Saldo de admissões e desligamentos na indústria coureiro-calçadista,  
segundo municípios selecionados do RS — 1999/02

ANOS	CAMPO BOM	ESTÂNCIA VELHA	IGREJINHA	NOVA HARTZ	NOVO HAM-BURGO	PARO-BÉ	SANTA CLARA DO SUL	SÃO LEO-POLDO	SAPI-RANGA	TEU-TÔNIA	TRÊS COROAS	TOTAL
1999	747	480	325	364	1 088	-700	203	-165	1 683	59	212	4 296
2000	992	-67	443	124	1 091	941	-214	267	314	317	699	4 907
2001	25	564	79	-248	655	756	123	162	-554	-184	92	1 470
2002 (1)	290	470	-98	142	619	-447	60	-184	1 463	365	482	3 162
<b>TOTAL</b>	<b>2 054</b>	<b>1 447</b>	<b>749</b>	<b>382</b>	<b>3 453</b>	<b>550</b>	<b>172</b>	<b>80</b>	<b>2 906</b>	<b>557</b>	<b>1 485</b>	<b>13 835</b>

FONTE: MTE/Caged.

(1) Dados acumulados até nov./02.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/NEI)

## Estados Unidos prepara a reativação da economia

O Estado da União é um pronunciamento que o Presidente dos Estados Unidos realiza, anualmente, perante o Congresso do seu país. É uma solenidade, prevista em lei, em que o Primeiro Mandatário descreve a conjuntura atual e expõe as ações desencadeadas para fazer frente às adversidades correntes. Neste ano, George W. Bush ateu-se apenas a dois pontos: expor a estratégia de ação para a retomada do crescimento econômico e posicionar os Estados Unidos frente à crise com o Iraque. Cabe, aqui, uma observação sobre o primeiro dos dois itens.

Embora o PIB dos Estados Unidos tenha crescido à taxa de 5,0% no primeiro trimestre de 2002 sobre igual período do ano anterior, o Presidente destacou o fato de que a economia está submetida a um processo de desaceleração, dado o desempenho de 0,7% do quarto trimestre do exercício passado sobre o último trimestre de 2001.

Para retomar o crescimento da economia, Bush lançou um pacote de renúncia fiscal, no valor de US\$ 674 bilhões, com vigência de 10 anos. Dessa forma, ele pretende reverter o comportamento do mercado de trabalho, que fechou o ano 2002 com 8,5 milhões de desempre-

gados. A maior parcela do pacote destinou-se a eliminar a tributação sobre dividendos, que beneficiará os ricos mais ricos, segundo a oposição democrata.

Variação percentual do Produto Interno Bruto nos EUA — 2001-02

PERÍODOS	TAXAS
<b>2001</b>	0,3
3º trim./01	-0,3
4º trim./01	2,7
<b>2002</b>	2,4
1º trim./02	5,0
2º trim./02	1,3
3º trim./02	4,0
4º trim./02	0,7

FONTE: BEA.

NOTA: Variação sobre o mesmo período do ano anterior.

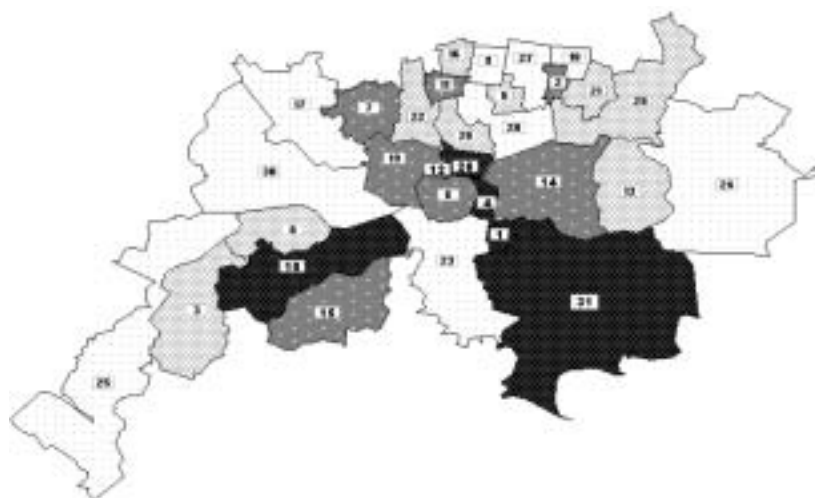
Antônio Carlos Fraquelli (FEE/Assessoria)

## A migração pendular na Região Metropolitana de Porto Alegre

Os dados levantados pelo **Censo Demográfico de 2000** sobre o deslocamento da população do município de residência para trabalhar ou estudar em outro município, ou seja, a migração pendular, mostram que, no Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalham ou estudam fora do município de residência, o que representa 6,66% das pessoas que trabalham ou estudam. No Rio Grande do Sul, esse percentual é de 7,96%. Entre os 542.756 gaúchos que declararam fazer migração pendular, 66% residem na RMPA. Como mostra o Mapa, na Região Metropolitana de Porto Alegre, os municípios com mais de 30% de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência formam uma área contígua, excetuando-se o Município de Eldorado do Sul.

Embora pela primeira vez, em um censo nacional, tenha sido investigado o deslocamento da população para trabalhar ou estudar, desde 1992 a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada na RMPA pela FEE através de convênio com FGTAS, SEADE-SP e DIEESE, pergunta o município onde as pessoas ocupadas trabalham. Assim, é possível conhecer, além da proporção de pessoas que se deslocam do seu município de residência para trabalhar, o destino dessa parcela da população. Mais da metade da população que se desloca do município de residência para trabalhar tem como destino Porto Alegre, sendo que 75% desse contingente são originários de Viamão, Alvorada, Canoas e Gravataí.

Migração pendular na RMPA — 2000



Legenda:

MUNICÍPIO	MIGRAÇÃO PENDULAR
1 Eldorado	41,80
12 Viamão	36,36
12 Boticari	34,44
16 Eldorado do Sul	34,32
4 Cachoeirinha	32,21
28 Sapucaia do Sul	30,44
2 Ananias	29,59
14 Guaporé	28,08
19 Novo Santo Elói	24,67
15 Osório	24,02
13 Bom Retiro	21,20
7 Capela de Santana	20,89
6 Canoas	20,40
3 Arroio dos Batos	17,89
11 Glorinha	16,61
26 São Leopoldo	16,02
22 Petrópolis	13,80
16 São	11,78
25 Invernês	11,52
8 Campo Bom	10,72
31 Piraí	10,26
4 Charqueadas	10,20
9 Dois Irmãos	9,83
18 São José do Sul	9,74
28 Novo Hamburgo	8,47
17 Montenegro	8,46
14 Santa Ântonia da Patrulha	7,77
30 Trindade	6,77
27 Superintendência	6,70
18 Nova Herta	5,80
21 Porto Alegre	4,84

FONTE: IBGE, 2002. CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro.

NOTA: Percentual de pessoas que se deslocam do município de residência na RMPA para outro município ou país estrangeiro a fim de trabalhar ou estudar em relação ao total de pessoas que trabalham ou estudam no Rio Grande do Sul.

Maria de Lourdes Teixeira Jardim (FEE/CIE/NIS)

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-dez./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMEN- TO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./92	-0,6	18,3	-	...	...	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,2	-	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	21,2	-	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,6	-	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,4	20,3	-	6,0	16,5	109,6	-5,4	127,8	0,3	46 304
Jan./01	-	-	-	5,9	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,7	46 459
Fev./01	-	-	-	6,3	15,3	112,2	1,8	95,4	-4,6	44 300
Mar./01	4,1	20,1	-	6,4	15,3	114,4	5,7	96,2	0,9	43 306
Abr./01	-	-	-	6,6	15,8	117,9	7,8	95,5	-0,8	43 543
Mai./01	-	-	-	7,0	16,3	124,9	12,2	95,7	0,2	43 636
Jun./01	3,6	19,9	-	7,4	16,8	125,0	12,9	95,9	0,2	43 936
Jul./01	-	-	-	7,1	18,3	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,0	45 010
Set./01	2,6	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,3	45 133
Out./01	-	-	12,2	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,9	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,4	19,2	10,8	7,7	19,0	114,1	4,1	130,2	25,2	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,6	-1,3	99,7	-23,4	52 298
Fev./02	-	-	12,5	7,5	19,0	106,7	-4,9	94,8	-4,9	50 056
Mar./02	0,3	18,7	12,9	7,8	18,8	103,3	-9,7	94,7	-0,1	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,3	-13,2	94,9	0,2	48 598
Mai./02	-	-	11,9	7,8	18,5	108,6	-13,1	95,9	1,1	49 265
Jun./02	0,1	18,6	11,6	7,7	18,5	117,0	-6,4	94,5	-1,5	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,5	125,6	-0,5	95,1	0,6	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	128,9	0,1	93,5	-1,7	56 266
Set./02	0,5	-	11,5	7,9	18,0	133,7	-2,5	92,2	-1,4	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,5	21,0	143,4	5,8	92,0	-0,2	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	-	-	101,0	9,8	61 344
Dez./02	-	-	10,5	12,5	25,5	-	-	-	-	69 901

(continua)

## ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-dez./02

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINAN- CIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex) (1)		% do PIB (Bacen)				
				Produ- ção física (1)	Produ- tividade física da indústria (7)		Exporta- ções	Importa- ções	Transa- ções cor- rentes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investi- mentos diretos (6)		
Dez./92	...	...	89,52	-3,7	-	(8)72	13,4	-2,3	1,57	...	...	23 754	...
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(8)77	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(8)80	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(8)83	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156
Jan./01	-3,62	48,9	119,22	7,2	0,3	82,1	15,8	17,3	-4,29	5,26	-0,97	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	115,03	6,2	-1,2	-	13,7	14,8	-4,44	5,20	-0,76	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,49	6,5	9,2	-	13,6	15,4	-4,61	5,23	-0,62	34 407	220 563
Abr./01	-3,90	50,4	122,60	6,8	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,55	5,40	-0,85	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,99	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,70	5,53	-0,82	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,88	5,9	-2,5	-	11,9	15,9	-4,73	5,21	-0,48	37 318	224 015
Jul./01	-4,05	52,8	132,38	5,4	3,5	80,9	9,9	13,9	-4,94	4,81	0,13	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,23	4,7	2,5	-	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,39	4,2	-5,3	-	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	132,22	3,3	2,1	79,8	6,8	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,43	2,7	-1,7	-	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	52,6	112,54	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	117,81	0,6	6,3	79,5	2,6	-4,6	-4,36	4,40	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,59	0,4	-1,0	-	2,0	-5,6	-4,26	4,41	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	127,75	-0,6	8,2	-	-0,9	-10,3	-3,98	4,51	-0,53	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	130,15	-0,6	1,2	79,1	-1,8	-11,2	-3,93	4,53	-0,60	33 008	224 695
Mai/02	-3,29	55,7	131,75	-1,1	-0,2	-	-4,0	-14,5	-3,91	4,45	-0,55	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,77	-0,9	-2,1	-	-5,9	-17,0	-3,76	4,57	-0,81	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	136,63	-0,8	6,2	79,0	-3,7	-16,7	-3,48	4,28	-0,80	39 060	231 955
Ago./02	-3,55	58,2	137,38	-0,7	0,8	-	-4,0	-17,8	-3,20	4,21	-1,00	37 643	228 723
Set./02	-3,99	63,6	134,28	-0,1	-2,5	-	-1,0	-16,8	-2,78	4,18	-1,40	38 381	229 228
Out./02	-4,06	58,4	143,90	0,9	5,1	80,4	0,9	-17,1	-2,29	4,19	-1,90	35 855	227 273
Nov./02	-4,09	56,4	134,38	1,4	-5,5	-	1,7	-16,5	-2,01	4,00	-1,98	35 592	-
Dez./02	-4,06	55,9	118,76	2,4	-	-	3,8	-14,5	-1,67	3,56	-1,89	37 823	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizada) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

## Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 2

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./00-fev./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,4	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,8	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,8	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,64	101,66	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,29	100,38	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	596,0	128,28	577,39
Mai./02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,80	102,84	103,60	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,24	104,07	103,67	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,02	97,95	102,91	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	147,97	110,29	103,66	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,56	108,24	104,13	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	148,49	104,95	104,21	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	-	-	-	480,5	174,8	99,5	843,7	145,85	644,09
Jan./03	-	-	-	-	-	-	-	-	149,37	654,01
Fev./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	664,31

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./00-fev./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMEN- TOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTA- ÇÕES VALOR (US\$ 1 000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Set./00	6 440	10,6	16,2	813	803	632 876	1 583 907	498 411
Out./00	6 173	10,0	16,3	802	801	624 813	1 558 757	486 019
Nov./00	8 689	9,6	15,9	833	827	623 480	1 580 276	487 985
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	837	826	609 475	1 630 893	452 039
Jan./01	6 019	9,1	14,4	831	832	525 439	1 682 432	414 295
Fev./01	3 426	9,3	14,7	835	845	602 228	1 739 468	400 950
Mar./01	10 016	9,6	15,4	818	840	615 360	1 803 647	520 790
Abr./01	15 810	10,2	15,6	825	843	643 148	1 756 774	489 574
Mai./01	-5 421	10,2	15,4	811	817	618 173	1 602 540	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	814	814	653 234	1 579 597	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	801	801	631 391	1 516 081	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	805	805	628 535	1 533 749	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	822	829	607 149	1 510 227	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	823	836	598 559	1 480 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	826	839	480 254	1 565 278	384 873
Dez./01	-10978	9,2	14,8	810	813	586 626	1 570 998	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	788	784	784 376	1 588 496	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	790	794	593 381	1 717 735	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	797	810	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	811	830	625 105	1 701 398	455 825
Mai./02	-6 787	10,7	16,0	815	824	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	820	824	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	833	830	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	831	825	657 313	1 602 259	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	835	823	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	825	811	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	795	796	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-	9,1	14,2	-	-	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	-	-	-	-	-	528 405	1 676 207	-
Fev./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./02. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.



## As exportações gaúchas em 2003

A desvalorização do dólar frente ao euro registrada ao longo de 2002 deve permanecer em 2003, favorecendo as vendas gaúchas para a Europa. Embora as condições do mercado nos países desenvolvidos ainda sejam pouco animadoras para o ano em curso, os principais produtos exportados pelo Estado para a Europa e para a Ásia são básicos e semimanufaturados, com destaque para a soja e seus derivados. E a safra de soja, caso se concretize a perspectiva atual de uma boa colheita, aliada a uma queda verificada nos estoques mundiais e ao aumento nos preços do complexo soja, poderá levar a um incremento nas vendas ao Exterior, mesmo diante de uma valorização cambial.

Em relação aos EUA, as perspectivas para 2003 indicam uma relativa estabilização em sua atividade econômica, o que pode limitar não somente as vendas gaúchas para aquele país como, até certo ponto, para os demais mercados.

O RS também tem registrado um forte incremento nas suas vendas para novos mercados — especialmente para a China, a Europa Oriental, o Oriente Médio e a África —, e tudo leva a crer que essa tendência deverá manter-se em 2003.

Já a América Latina, que em 2002 sofreu o impacto da crise argentina, deverá ter um crescimento econômico bem maior este ano, e essa região sempre foi um mercado promissor para o RS. Uma recuperação na economia da região deverá refletir-se em incremento nas exportações gaúchas em 2003, especialmente de manufaturados.

Para 2003, as perspectivas são de um melhor desempenho para as exportações gaúchas, apesar do recuo esperado na taxa de câmbio real e da estagnação econômica nos países desenvolvidos.

Exportações, por destino, do Rio Grande do Sul — jan.-dez./01 e jan.-dez./02

DISCRIMINAÇÃO	VALOR			PARTICIPAÇÃO %	
	2001 (US\$ 1 000 FOB)	2002 (US\$ 1 000 FOB)	Δ%	2001	2002
Estados Unidos ....	1 616 005	1 817 809	12,49	25,47	28,51
União Européia .....	1 314 990	1 237 828	-5,87	20,72	19,42
ALADI (1) .....	598 180	561 315	-6,16	9,43	8,80
China .....	370 853	444 605	19,89	5,84	6,97
Mercosul .....	837 169	405 139	-51,61	13,19	6,35
Oriente Médio .....	282 217	340 100	20,51	4,45	5,33
Europa Oriental ....	184 721	280 376	51,78	2,91	4,40
África (2) .....	172 967	220 379	27,41	2,73	3,46
<b>Subtotal</b> .....	<b>5 377 101</b>	<b>5 307 553</b>	<b>-1,29</b>	<b>84,74</b>	<b>83,25</b>
<b>Outros</b> .....	<b>968 258</b>	<b>1 067 893</b>	<b>10,29</b>	<b>15,26</b>	<b>16,75</b>
<b>TOTAL</b> .....	<b>6 345 359</b>	<b>6 375 446</b>	<b>0,47</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

(1) Exclusive o Mercosul. (2) Exclusive o Oriente Médio.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

## Desempenho da produção de uva e de maçã no Rio Grande do Sul, em 2001-02

A produção gaúcha de uva e de maçã em 2002 apresentou um incremento de 15% e 14% em relação ao ano anterior, atingindo um volume de 570 e 347 toneladas respectivamente. Quanto à produtividade, houve um aumento de 8% para uva e de 15% para maçã.

Estimativa da produção e da exportação de uva e de maçã no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2002

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Produção	Exportação (1)	Produção	Exportação (1)
Maçã .....	857 824	65 927	346 798	35 817
Uva .....	1 125 268	(2) 1 342	570 161	(2) 1 256

FONTE: IBGE.

MIC.

(1) Os dados de exportações são referentes ao período jan.-nov./02. (2) Referente à exportação de suco de uva.

concentrada em dois estados: Santa Catarina e Rio Grande do Sul — principalmente nas localidades de São Joaquim (SC) e Vacaria (RS), que, por serem de clima frio, favorecem o cultivo desse fruto. No ano 2002, o Estado gaúcho participou com 40% da produção nacional, enquanto o catarinense, com 52%, representando, em conjunto, 92% da oferta.

Diferentemente da maçã, a produção de uva está concentrada em cinco estados: o Rio Grande do Sul detém uma fatia de 51% da produção; São Paulo, 21%; Pernambuco, 9%; Paraná, 7%; e Bahia, 7%, atingindo 95% da produção brasileira.

Quanto à exportação desses frutos, é importante ressaltar que o Rio Grande do Sul possui uma posição de destaque no comércio de maçãs *in natura*. Em 2002, foram exportadas 35.817t, volume superior em 103% ao de 2001, representando 54% das exportações brasileiras. No que diz respeito à uva, o Estado também tem uma participação significativa nas exportações de suco. Em 2002, foram exportadas 1.256t, correspondendo a 94% das exportações brasileiras desse produto.

Maria Helena A. Sampaio (FEE/NEA)

No Brasil, as últimas três décadas caracterizaram-se pelo aumento da produção de maçã, que passou de um estágio praticamente de autoconsumo para o de uma pomicultura comercial. A produção está

# Concentração de renda na RMPA

Um dos principais problemas do Brasil constitui-se na concentração de renda de seus habitantes. Os últimos dados da ONU sobre distribuição de renda apontam o Brasil como sendo o 113º colocado entre 116 países analisados, atrás do Brasil encontram-se somente os países da Suazilândia, República Centro-Africana e Serra Leoa.

O índice de Gini é o indicador utilizado, internacionalmente, para medir a concentração de renda dos países. Esse índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1 for o valor apurado, maior será a concentração de renda, enquanto valores próximos a 0 indicam uma distribuição mais igualitária da renda. O índice de Gini para o Brasil encontra-se no patamar de 0,60; enquanto países avançados, como Áustria, Suécia e Bélgica, apresentam índices inferiores a 0,30. Outros países sul-americanos apresentam índices bem mais favoráveis que o do Brasil, como são os casos da Bolívia (0,447), do Equador (0,437) e do Uruguai (0,423).

Os níveis de concentração de renda variam bastante entre as diversas regiões do Brasil. Uma das medidas utilizadas para verificar a concentração de renda é calcular a relação entre os maiores e os menores rendimentos. Segundo um estudo realizado pelo DIEESE reunindo dados de seis regiões metropolitanas do País para o ano de 1999, a Região Metropolitana de Porto Alegre foi apontada como sendo a que possui melhor distribuição de renda: os 25% das famílias com rendimentos maiores ganham aproximadamente 15 vezes mais que os rendimentos dos 25% das famílias com rendimentos menores. Essa relação é de 21 vezes para as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte; situação mais grave quanto à distribuição de renda vivem as famílias das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Distrito Federal, onde a relação chega a 26, 29 e 33 vezes respectivamente.

A partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi possível calcular o índice de Gini considerando somente a renda oriunda do trabalho principal dos ocupados para os anos de 1993 e 2001. Esse índice difere do índice calculado pelo IBGE com base nos dados demográficos, que utiliza somente a renda total do chefe do domicílio.

Os resultados desse estudo mostram que, nesses oito anos, não houve mudança na estrutura da distribuição de renda na RMPA, apesar da estabilidade econômica experimentada em quase todo esse período. Para o ano de 1993, o coeficiente para a RMPA ficou em 0,481, enquanto, em 2001, se manteve praticamente estável, alcançando 0,475. Os 10% dos trabalhadores da RMPA com menores rendimentos permaneceram recebendo apenas 1,7% da massa total de rendimentos nesse período. O percentual da renda recebido pelos 50% dos trabalhadores com menor rendimento aumentou de 18,8% para 19,5%, porém os 10% dos trabalhadores com rendimentos maiores recebiam 36,4% da massa total em 1993 e 37,2% em 2001.

Percentual da massa de rendimento apropriada por conjunto de ocupados na RMPA — 1993 e 2001

CONJUNTO DE OCUPADOS	ANOS	
	1993	2001
10% que ganham menos .....	1,7	1,7
25% que ganham menos .....	6,3	6,9
50% que ganham menos .....	18,8	19,5
25% que ganham mais .....	59,8	59,6
10% que ganham mais .....	36,4	37,2
1% que ganha mais .....	7,2	7,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Jéferson Daniel de Matos (FEE/PED)

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 05.02.03).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.500 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística**  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

**Conselho Editorial da Carta:** Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre - CEP 90010-283

E-mail conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

#### EDITORAÇÃO

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

#### Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

#### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Alexander Gurgel Marques, Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.